



O PAPEL À FRENTE DA PNRS

A lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi aprovada há um ano. Somente agora, contudo, os primeiros sinais de mudanças nas atividades das empresas quanto às novas formas e responsabilidade pelo descarte dos resíduos começam a ganhar destaque na mídia, na sociedade brasileira e, principalmente, nos setores industriais.

Ao todo, cinco grupos de negócios terão regras determinadas pelo governo federal para atuarem daqui em diante atendendo à nova lei – regras essas definidas por Grupos de Trabalho Temático (GTT), dentre os quais o de Embalagens. Como o papel é uma das matérias-primas desse produto, o setor é representado nesse GTT pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), que vem atuando com o apoio das demais entidades do setor, na definição de regras operacionais para adequação das atividades das papeleiras à nova lei.

Como a embalagem será descartada? Como identificar e separar os materiais? Quais embalagens podem ou não ser recicladas? Essas e outras respostas você conhecerá a seguir nesta entrevista com a presidente executiva da Bracelpa, Elizabeth de Carvalhaes.

Quais os principais desafios do setor a partir da implantação efetiva da nova PNRS?

Elizabeth de Carvalhaes – Garantir o envolvimento e o alinhamento de toda a cadeia de produção e consumo de embalagens de papel – produtores, convertedores, gráficos, distribuidores e associações, entre outros atores – nos termos previstos pela PNRS. O principal desafio do setor será esse. Outro, também importante, consistirá em elaborar um plano de gerenciamento de resíduos que sistematize as boas práticas já consolidadas.

Buscaremos ainda comunicar à sociedade que o Brasil é um grande reciclador de papéis. O levantamento mais atual (de 2009) mostra que o volume de recuperação de aparas totalizou 3,9 milhões de toneladas, 46% do consumo aparente de papéis no período.

Iniciativas do setor privado, além de campanhas governamentais e maior esclarecimento da sociedade civil, têm contribuído para a melhoria desse índice ao longo dos anos. Quando analisamos especificamente o universo de aparas de papéis para embalagens, que é o foco da PNRS no atual momento, o resultado mostra-se ainda mais expressivo: em 2009 foram reciclados 2,9 milhões de toneladas desse tipo de papel, o equivalente a 71% do consumo nacional de papéis para embalagens que, no período, foi de 4,1 milhões de toneladas. O setor tem plena capacidade de ampliar esse percentual ainda mais, e a PNRS, ao efetivar a criação de sistemas municipais de coleta seletiva, deverá colaborar nesse processo.

Como funcionará, na prática, a chamada “responsabilidade compartilhada” ou logística reversa para as empresas?

Elizabeth – A logística reversa, um dos pilares da PNRS, estabelece que o fabricante assumirá parte da responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. Para que isso seja viável, é essencial que haja também engajamento e mobilização daqueles setores da ponta da cadeia: distribuidores, varejistas, aparistas, cooperativas, além de todos os consumidores. É isso o que chamamos de “responsabilidade compartilhada”.

Esse processo poderá resultar no desenvolvimento

das embalagens que priorizem ainda mais materiais, processos, formatos e acabamentos recicláveis. Esse é um dos pontos que vêm sendo debatidos com representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação Brasileira de Embalagem (Abre) dentro do GTT de Embalagens, criado pelo Ministério do Meio Ambiente, a fim de apresentar e avaliar novos modelos.

O que a senhora poderia destacar de positivo e de negativo para o setor papelero na nova PNRS?

Elizabeth – A expectativa dos formuladores da Política é de redução na geração de resíduos sólidos das mais diferentes matérias-primas, incluindo o papel. No entanto, faz-se necessário levar em conta que a PNRS também vai redesenhar a atuação dos setores produtores de embalagem, em busca de materiais de maior reciclabilidade.

Nesse ponto, o papel já sai na frente e se mostra como opção ambientalmente amigável, por suas excelentes condições técnicas para reciclagem, além de outros atributos, como produção sustentável, opções de design, qualidade de impressão e sofisticação, que valorizam o produto embalado em papel e em papel-cartão. Assim, acreditamos que, de fato, a PNRS poderá ter influência no aumento da demanda por papéis para embalagens. As empresas que querem firmar sua imagem sob o conceito de responsabilidade ambiental certamente seguirão por esse caminho.

A Bracelpa é a representante do setor de celulose e papel no GTT de Embalagens, que será responsável por definir a aplicação da logística reversa desses materiais, segundo prevê a regulamentação da PNRS. Qual tem sido o posicionamento da entidade nesse GTT?

Elizabeth – O papel da Bracelpa nesse fórum é colaborar para a criação de um plano setorial para a logística reversa das embalagens de papel e de papel-cartão, estabelecendo compromissos voluntários e uma meta específica para aumentar os índices de reciclagem. A Bracelpa trabalha em alinhamento com

“O setor já tem boas práticas, uma excelente rede para coleta de aparas em todo o País e condições de ampliá-la ainda mais”

o setor industrial, sobretudo pleiteando participação nas tomadas de decisão relativas à logística reversa.

Temos reforçado, por exemplo, que o setor industrial adotará modelos de gerenciamento eficientes e viáveis do ponto de vista técnico, ambiental e econômico, sempre respeitando a especificidade de cada setor. Além disso, enfatizamos que os produtores não assumirão a responsabilidade pelas atividades de coleta, manuseio, transbordo dos resíduos sólidos, que são atividades da coleta seletiva, lembrando que esta deve ser uma responsabilidade do poder público municipal.

Pode-se dizer que o setor papelero já está preparado para atender à nova PNRS?

Elizabeth – Com certeza. O setor já tem boas práticas, uma excelente rede para coleta de aparas em todo o País e condições de ampliá-la ainda mais. Considerando as proporções continentais do Brasil, é importante que a coleta ocorra em âmbito municipal, para que seja econômica e ambientalmente viável.

Além de mudanças, quanto à organização e destino das embalagens no ciclo de vida do produto para a cadeia de produção, é prevista na nova PNRS uma maior movimentação positiva no setor de aparistas, uma vez que a proposta prevê incentivos à indústria de reciclagem?

Elizabeth – A PNRS prevê maior integração de todas as cadeias de produção, num trabalho conjunto para a retirada dos resíduos sólidos do meio ambiente. Os incentivos propostos deverão beneficiar toda a cadeia da reciclagem, inclusive indústrias que recebem aparas para produção de papel e papelcartão. A Política também criará oportunidades para que o setor se envolva em pesquisas e estudos que busquem identificar outros produtos e aplicações para a fibra reciclada, ampliando o seu uso.

A relação aparistas–fabricantes de papéis para embalagem quase sempre foi tensa, considerando os interesses de cada parte. Como a nova PNRS deverá influenciar a realidade com vistas a melhorar esse relacionamento?

Elizabeth – Pelos volumes envolvidos em com-

paração aos de outros produtos, a reciclagem de papel e de papelcartão é a que garante mais retorno financeiro às cooperativas de catadores e aparistas. Trata-se de um modelo reconhecido por gerar benefícios mútuos: os produtores de papel compram aparas coletadas e separadas, conforme as necessidades de seu negócio, e os aparistas e as cooperativas têm a garantia de venda do produto. É um modelo que ainda pode ser aperfeiçoado.

A PNRS tem muito a colaborar, sobretudo regulando e profissionalizando um segmento que ainda tem fragilidades. Um dos posicionamentos assumidos em relação a essa questão, por exemplo, é de o setor industrial só estabelecer convênios ou contratos com associações ou cooperativas de catadores que atendam integralmente a todas as exigências legais, incluindo trabalhistas, de saúde, segurança do trabalhador e meio ambiente. Não há tensão, mas sim uma relação fornecedor–cliente, como ocorre em qualquer ramo de atividade.

O que o setor espera ter de contrapartida do governo para aperfeiçoar a logística reversa de embalagens de papel?

Elizabeth – Já é consenso do setor industrial que no mecanismo de logística reversa o importador deve ter também obrigação de dar destino correto às embalagens de produtos trazidos do exterior.

Considerando-se as características dos procedimentos de importação no Brasil, é muito importante o estabelecimento de regras objetivas e claras para que o importador cumpra de forma efetiva sua responsabilidade estipulada em lei e para que esse custo não recaia na indústria nacional.

Além disso, reforçamos a responsabilidade do poder público na implantação de sistemas de coleta seletiva. É importante ressaltar que os setores ainda estão analisando se são oportunas e viáveis negociações que resultarão em benefício tributário e fiscal. Se firmadas, essas negociações deverão beneficiar toda a cadeia de reciclagem. ■

“Acreditamos que, de fato, a PNRS poderá ter influência no aumento da demanda por papéis para embalagens. As empresas que querem firmar sua imagem sob o conceito de responsabilidade ambiental certamente seguirão por esse caminho”